

# SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 21  |
| <b>CAPÍTULO 1</b>   |     |
| <b>SOLIDARIEDADE E CONSTITUIÇÃO</b> .....   | 29  |
| 1.1. Significado de solidariedade .....   | 30  |
| 1.1.1. O indivíduo e a coletividade .....   | 31  |
| 1.1.2. Princípio da solidariedade.....  | 39  |
| 1.2. Constituição e constitucionalismo.....   | 48  |
| 1.2.1. Constituição, poder e direitos .....   | 48  |
| 1.2.2. Controle de constitucionalidade .....  | 56  |
| 1.2.3. A Constituição italiana de 1948.....   | 59  |
| 1.2.4. A Constituição brasileira de 1988.....   | 66  |
| 1.3. Os artigos 2 e 3 da Constituição da Itália.....                                  | 71  |
| 1.3.1. Direitos e deveres juntos na Constituição.....                                 | 72  |
| 1.3.2. Diferença de eficácia normativa entre direitos e deveres na Constituição ..... | 79  |
| 1.3.3. Efeitos normativos da previsão constitucional de deveres inderrogáveis ...     | 83  |
| 1.3.4. Deveres constitucionais e obrigações legais.....                               | 93  |
| 1.3.5. Deveres inderrogáveis e igualdade .....  | 105 |
| 1.4. Solidariedade, direitos sociais e Estado social.....                             | 110 |
| 1.4.1. Solidariedade e Estado social .....  | 110 |
| 1.4.2. Direitos sociais, liberdade e subsidiariedade .....                            | 112 |
| 1.4.3. Direitos sociais e tributação.....   | 116 |
| <b>CAPÍTULO 2</b>   |     |
| <b>SOLIDARIEDADE E DEVER TRIBUTÁRIO</b> .....   | 121 |
| 2.1. Fundamento da imposição tributária e teorias da causa.....                       | 122 |
| 2.1.1. Estatuto científico das teorias da causa .....                                 | 123 |
| 2.1.2. O exemplo de Ezio Vanoni .....   | 131 |
| 2.2. Solidariedade como fundamento da tributação .....                                | 138 |
| 2.2.1. A percepção de Benvenuto Griziotti.....  | 138 |
| 2.2.2. Dever tributário: solidariedade, direito e poder.....                          | 143 |
| 2.2.3. Base teórica tradicional da capacidade contributiva .....                      | 145 |

|   |   |            |
|---|---|------------|
| 2.3.  | Dever tributário na Constituição da Itália .....                                  | 149        |
| 2.3.1.  | Gênero e espécie no texto constitucional italiano .....                           | 149        |
| 2.3.2.  | Superação de tradições anteriores.....  | 153        |
| 2.3.3.  | Solidariedade e taxas .....   | 162        |
| 2.3.4.  | Reconfiguração do poder e administração tributária.....                           | 165        |
| 2.4.  | Dever tributário na Constituição brasileira .....                                 | 171        |
| 2.4.1.  | Princípio da solidariedade e Direito Tributário no Brasil.....                    | 171        |
| 2.4.2.  | Deveres constitucionais e a Constituição de 1988 .....                            | 174        |
| 2.4.3.  | Complexidade do Direito Constitucional Tributário brasileiro.....                 | 181        |
| 2.4.4.  | A expressão “dever tributário” no Direito Tributário brasileiro.....              | 190        |
| 2.4.5.  | Dever tributário como dever fundamental.....                                      | 195        |
| <b>CAPÍTULO 3</b>   |   |            |
| <b>SOLIDARIEDADE E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS .....</b> |   | <b>207</b> |
| 3.1.  | Princípio da capacidade contributiva .....  | 208        |
| 3.1.1.  | Capacidade contributiva na Constituição italiana .....                            | 209        |
| 3.1.2.  | Dupla função do princípio da capacidade contributiva .....                        | 211        |
| 3.1.3.  | Capacidade contributiva na Constituição brasileira .....                          | 216        |
| 3.1.4.  | Multidimensionalidade e bivalência do princípio da capacidade contributiva.....   | 226        |
| 3.2.  | Capacidade contributiva como expressão de solidariedade.....                      | 236        |
| 3.2.1.  | Repartição solidária dos encargos .....   | 237        |
| 3.2.2.  | Redução de desigualdades substanciais.....  | 242        |
| 3.2.3.  | Redistribuição de renda .....   | 246        |
| 3.2.4.  | Progressividade do sistema tributário.....  | 248        |
| 3.2.5.  | Planejamento tributário e capacidade contributiva.....                            | 251        |
| 3.3.  | Capacidade contributiva como garantia dos contribuintes .....                     | 260        |
| 3.3.1.  | Tributo como dever de solidariedade e capacidade contributiva como limitação..... | 260        |
| 3.3.2.  | Igualdade como limitação.....   | 265        |
| 3.3.3.  | Capacidade contributiva e pressuposto do tributo.....                             | 267        |
| 3.3.4.  | Outras limitações decorrentes da capacidade contributiva.....                     | 272        |
| 3.3.5.  | Capacidade contributiva e regras de competência.....                              | 284        |
| 3.4.  | Legalidade e reserva de lei .....   | 292        |
| 3.4.1.  | Criação legal de obrigações referentes a deveres constitucionais.....             | 293        |
| 3.4.2.  | Limitação formal e representação democrática.....                                 | 296        |
| 3.4.3.  | Reserva de lei na Constituição da Itália.....                                     | 299        |
| 3.4.4.  | Legalidade tributária na Constituição brasileira.....                             | 304        |
| 3.4.5.  | Solidariedade, interpretação e aplicação da lei tributária.....                   | 308        |
| <b>CONCLUSÕES .....</b>   |   | <b>315</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                             |   | <b>333</b> |